

Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama
(Organizadores)

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO



Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama
(Organizadores)

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Compreendendo o processo de inclusão

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737 Compreendendo o processo de inclusão / Organizadores
Edwaldo Costa, Suélen Keiko Hara Takahama. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0085-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.851221805>

1. Inclusão. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II.
Takahama, Suélen Keiko Hara (Organizadora). III. Título.

CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em atenção ao movimento mundial de inclusão, que enfatiza a necessidade de alcançarmos uma educação para todos(as), centrada no respeito e valorização das diferenças, a Atena Editora apresenta o Ebook “Compreendendo o processo de inclusão”, que aborda a concepção de educação inclusiva, constituindo um novo enfoque para a educação especial e trazendo contribuições valiosas para a reflexão sobre a transformação conceitual e prática do sistema educacional. A obra tem como objetivo ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos, estimular o intercâmbio de experiências entre os diversos profissionais e pesquisadores que atuam no processo de inclusão educacional e atendimento às necessidades educacionais especiais dos(as) alunos(as). Está organizada em dez capítulos que trazem assuntos como Transtorno do Espectro Autista, Formação do professor do Atendimento Educacional Especializado, Linguagem oral em pessoas com deficiência auditiva, Política de Inclusão, Educação Inclusiva, Extensão Universitária para estudantes com deficiência, Relações Étnico-Raciais na Legislação Brasileira, Inclusão do deficiente congênito no mercado de trabalho, Síndrome de Asperger e Estratégias de ensino da parasitologia para alunos com deficiência, oferecendo aos(as) leitores(as) informações que enriquecem a prática pedagógica.

Pretende-se também propor análises e discussões a partir de diferentes pontos de vista: científico, educacional e social. Assim, não podemos pensar em inclusão sem atingirmos o âmago dos processos exclusionários tão inerentes à vida em sociedade. Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tome a forma que tomar, é o primeiro passo para nos movermos em direção à inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade.

Como toda obra coletiva, esta precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, temas, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa.


Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL (ECG), A AGENDA 2030 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NAS ESCOLAS REGULARES: UM (NOVO) DIÁLOGO FRENTE AOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA


Marcela Tais dos Santos Hungaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218051>

CAPÍTULO 2..... 13

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Rita de Cássia Araújo Abrantes dos Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218052>


CAPÍTULO 3..... 26

ANÁLISIS DEL LENGUAJE ORAL EN PERSONAS CON DISCAPACIDAD AUDITIVA: FUNDAMENTOS PARA LA INCLUSIÓN EDUCATIVA

Guadalupe Esther Gil Chávez

Araceli Contreras Robledo

Martha Mónica Salcedo Camacho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218053>

CAPÍTULO 4..... 38

A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA SURDOS E OUVINTES: PRINCIPAIS DESAFIOS

Suélen Keiko Hara Takahama Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218054>

CAPÍTULO 5..... 50

ABORDAGEM DIAGNÓSTICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REMOVENDO BARREIRAS CRIANDO OPORTUNIDADES

Marcia Aparecida Bento Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218055>

CAPÍTULO 6..... 64

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ICSA/ UFPA: RELATO E REFLEXÕES

Rubens da Silva Ferreira

Ana Maria Pires Mendes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218056>

CAPÍTULO 7..... 76

DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DA “EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Valeska Nogueira de Lima

André Augusto Diniz Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218057>


CAPÍTULO 8..... 91

REVISÃO DA LEI DAS COTAS COM PROPOSTAS PARA MELHOR INCLUSÃO DO DEFICIENTE CONGENITO NO MERCADO DE TRABALHO

Regiane Borges Benjamim

Genivaldo de Souza Costa

Marcia Vilma Gonçalves de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218058>

CAPÍTULO 9..... 97

SÍNDROME DE ASPERGER E A INCLUSÃO NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Adriana Silveira Monteiro Rodrigues

Claudilene Ferreira de Almeida

Candida Waldira Corrêa

Cristiane Aparecida de Sales

Danielly Gonçalves da Silva Sarturi

Dilma Machado Lima

Edna Alexandre da Costa

Juliana Martins Braga

Miriam Kelen Ribeiro Alves

Raquel Leme Vieira

Selma Ojeda Teixeira

Susimara da Luz Veríssimo Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218059>


CAPÍTULO 10..... 109

ESTRATÉGIAS DE ENSINO DA PARASITOLOGIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA ABORDAGEM ATIVA

Clarissa Nascimento da Silveira Raso

Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira

Patrícia Riddell Millar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85122180510>

SOBRE OS ORGANIZADORES 122

ÍNDICE REMISSIVO..... 123

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ICSA/UFPA: RELATO E REFLEXÕES

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 02/03/2022

Rubens da Silva Ferreira

Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas
Belém – PA
<https://orcid.org/0000-0002-2739-1182>

Ana Maria Pires Mendes

Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas
Belém – PA
<http://lattes.cnpq.br/5286910350835944>

RESUMO: O trabalho consiste em um registro das ações do projeto de extensão “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário...”, desenvolvido no âmbito do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O projeto foi concebido em 2018 para atender as demandas de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes com deficiência matriculados nos setes cursos de graduação do Instituto. Com base na pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho reflete sobre o conceito de extensão universitária e analisa as atividades promovidas entre março de 2021 e fevereiro de 2022, período que corresponde ao quadro sanitário disseminado no mundo pela pandemia de Covid-19. Diante da necessidade de arranjos tecnológicos e do levantamento das demandas temáticas do interesse dos estudantes atendidos

pelo projeto, as atividades representaram uma nova experiência à equipe e a oportunidade de ampliar as ações para outros campi da UFPA.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Extensão universitária. Pessoa com deficiência.

THE UNIVERSITY EXTENSION PROGRAMS FOR STUDENTS WITH DISABILITIES AT THE ICSA/UFPA: REPORT AND REFLECTIONS

ABSTRACT: The paper consists of a record of the actions of the extension project “Accessibility and Diversity in the University Ambient...”, developed within the scope of the Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) of the Universidade Federal do Pará (UFPA). The project was conceived in 2018 to meet the demands of students in situations of socioeconomic vulnerability and students with disabilities enrolled in the seven undergraduate courses of the Institute. Based on bibliographic and documentary research, the paper meditated on the concept of university extension and analyses the activities promoted between March 2021 and February 2022, a period that corresponds to the health framework around the world by the Covid-19 pandemic. Regarding the need for technological settings and a survey of the thematic demands of interest of the students served by the project, the activities represented a new experience for the team and the opportunity to expand the actions to other UFPA campuses.

KEYWORDS: Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. University Extension. Disabled people.

1 | INTRODUÇÃO

A extensão universitária contribui para uma formação acadêmica mais integral aos estudantes dos cursos superiores. Isso ocorre porque permite aos atores acadêmicos o contato com conhecimentos que derivam do campo da experiência, notadamente na busca por soluções para os problemas do cotidiano dos grupos, das comunidades e das organizações que demandam o envolvimento de pessoas ligadas à universidade na condição de professores, técnicos ou estudantes.

O engajamento de professores, técnicos e estudantes nas soluções propostas ou demandas pela ação extensionista estruturada na forma de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços carrega consigo uma dimensão não somente acadêmica, mas também cidadã. Significa dizer que os atores universitários têm a possibilidade de mobilizar o conhecimento técnico-científico trabalhado em sala de aula em situações reais, a fim de viabilizar o acesso a direitos elementares, como o direito à informação, à educação, à cultura e à geração de renda.

Em sua concepção e execução, importa destacar que a extensão universitária não deve corresponder à simples imposição do conhecimento técnico-científico sobre os “beneficiários” dos programas e projetos, mas, na interação com eles, capaz de gerar um conhecimento do tipo novo, que incorpore o saber acumulado pelos grupos, pelas comunidades e pelas organizações ao longo de sua existência.

Assim, tecidas estas considerações iniciais, este trabalho tem como objetivo sistematizar e refletir sobre a experiência de um projeto de extensão desenvolvido para dar atenção aos estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou com deficiência dos sete cursos de graduação vinculados ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Nessa direção, o recurso a material bibliográfico sobre *extensão universitária e deficiência*, assim como a leitura da legislação pertinente e dos relatórios de atividade do período 2018-2021 fornecem as bases da reflexão proposta sobre o projeto “Acessibilidade e diversidade no espaço universitário: compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA”.

Iniciado em 2018, o projeto de extensão em tela tem sido conduzido no sentido de acolher, dar voz e também possibilitar o acesso do público interno aos serviços oferecidos pela Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) da UFPA. E como será visto mais adiante, por ocasião da pandemia de Covid-19, uma nova estratégia de trabalho baseada no uso de tecnologias de comunicação precisou ser desenhada a fim de assegurar a continuidade das atividades.

2 | DISCUTINDO O CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Embora seja importante na constituição das universidades quanto ao seu papel formador, a extensão universitária ainda é pouco estudada e discutida em suas origens e

sentidos, por vezes sendo tratada como algo já pronto e encerrado em um ato normativo que se atualiza ao longo do tempo. Nesse sentido, Roberto Rocha (2001) e Maria Tavares (2001) informam que as universidades europeias produziram as primeiras experiências extensionistas com suas práticas pioneiras em diferentes momentos e com concepções distintas.

Rocha (2001) fala das ações de caráter assistencialista das universidades medievais portuguesas. Tavares (2001), por sua vez, atribui à industrial Inglaterra o berço da extensão, com atividades então orientadas à prestação de serviços, isto é, a uma espécie de educação continuada oferecida ao segmento trabalhador que se encontrava fora da universidade. Seja como for, essas concepções ainda estão muito presentes na contemporaneidade.

Por meio da Lei n. 5.540, a extensão foi oficializada nas universidades brasileiras com a participação dos estudantes em programas dedicados à melhoria das condições de vida das comunidades (BRASIL, 1968). Contudo, de acordo com Nogueira (2001), iniciativas pioneiras foram levadas a cabo na Região Sudeste ainda no início do século XX. Na Escola de Lavras, em 1922, e na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1926, ambas localizadas em Minas Gerais, a extensão era conduzida na forma de cursos oferecidos aos trabalhadores rurais.

Durante o Regime Militar as ações extensionistas desenvolvidas pelas universidades brasileiras mantiveram forte caráter assistencialista procurando banir qualquer viés político. Ainda assim, experiências como a de Paulo Freire no Chile resultaram em avanços importantes em relação à práxis da extensão universitária. Conforme explica o próprio Freire (1983), em análise do termo “extensão”, o mesmo precisa ser entendido e assumido como um ato educativo libertador, ao invés de recurso invasivo ou de estratégia persuasiva para impor o conhecimento acadêmico ou técnico sobre o conhecimento das comunidades e grupos.

O processo de redemocratização vivido no Brasil entre os anos de 1975-1985 possibilitou o repensar da extensão universitária progressivamente liberta do controle autoritário do Estado. Com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em 4 de novembro de 1987, a definição das políticas de extensão passou por formulações contínuas, procurando aperfeiçoar o conceito de extensão, sua operacionalização nas universidades e formas de financiamento. No I Encontro do FORPROEX, realizado na Universidade de Brasília (UnB), a extensão universitária foi definida como sendo o “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade [...]” (FÓRUM..., 1987, p. 11).

No processo de construção da extensão nas universidades brasileiras está bem preservada a ideia de que essa função se estende *para fora* das instituições de ensino superior. Essa premissa está expressa no Artigo 7º da Resolução n. 7/2018 do Conselho Nacional de Educação:

São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, p. 2).

A Resolução n. 7/2018 resultou dos trabalhos iniciados em abril de 2017 pela Câmara de Educação Superior (CES) do CNE, contando com o apoio de subcomissão constituída por representantes dos diferentes fóruns nacionais de extensão, entre eles o FORPROEX.

De fato, a Resolução n. 7/2018 produz avanços importantes na extensão universitária. Primeiro porque torna inequívoco o conceito de extensão. Segundo porque engloba diferentes concepções em torno das quais as práticas extensionistas vêm sendo historicamente desenvolvidas no Brasil. Por fim, explicita as formas pelas quais essa atividade-fim das universidades pode ser trabalhada junto à sociedade, isto é, na forma de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e/ou ações de prestação de serviços.

Por outro lado, ao conceber a extensão universitária como uma ação articulada entre universidade e sociedade, envolvendo diferentes níveis de conhecimento em uma experiência teórica, prática e reflexiva, a atual política de extensão universitária deixa de acolher as iniciativas concebidas para atender as demandas internas da comunidade universitária. Institui-se, desse modo, uma fronteira simbólica que demarca papéis e direitos entre atores acadêmicos e cidadãos. É como se professores, pessoal técnico e estudantes fossem despidos de sua cidadania ao cruzar os muros da universidade. Ou como se a universidade fosse algo à parte da sociedade, portanto, imune aos problemas sociais, culturais, políticos e econômicos que afetam o conjunto das pessoas que a constitui.

Enquanto a falsa cisão entre *eu/eles* ou *os de dentro* e *os de fora* é cada vez mais desconstruída na dimensão ética e epistemológica da pesquisa, de alguma forma para a extensão universitária ela ainda parece desempenhar um papel importante. Talvez para afirmar relações de poder, estabelecer hierarquias ou para reforçar o messianismo da prática extensionista denunciado por Freire (1983) que, entre outras coisas, desencadeia na redução da pessoa humana. Nesse sentido, professores e pessoal técnico são relegados à condição de meros trabalhadores, enquanto estudantes são vistos somente como trabalhadores em potencial.

Destarte, ao situar a universidade no campo científico, isto é, como um microcosmo social, ela pode ser entendida como um modelo reduzido da sociedade (BOURDIEU, 2004). Isso significa dizer que, em seu interior, ela comporta as desigualdades sociais e partilha dos mesmos problemas que existem além dos seus muros. Não é para menos que experiências negativas envolvendo diferentes formas de violência, assédio moral, capacitismo, racismo, homofobia, xenofobia, transfobia e tantas outras são cotidianamente vividas nesses espaços de produção do conhecimento científico. E quando tais práticas ganham visibilidade na grande mídia, nota-se forte indignação social contra as universidades.

Cabe destacar que professores, técnicos e estudantes também lidam com processos diversos de adoecimento físico, mental e emocional que impactam diretamente no desempenho dos trabalhadores, dos estudantes e da instituição. Com efeito, esses e tantos outros fatores possíveis de enumerar fazem da universidade um espaço que precisa ser visto de maneira mais humanizada, sob uma ótica mais cidadã, o que pode ser viabilizado por meio da extensão no enfrentamento aos problemas sociais que, cada vez mais, transbordam para o seu interior. Foi nessa perspectiva que se concebeu um projeto de extensão para estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação do ICOSA. Porém, antes de falar sobre o projeto em si, importa tecer uma breve discussão sobre o conceito de pessoa com deficiência (PcD).

3 I COMPREENDENDO O CONCEITO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

De acordo com a Lei n. 13.146, de julho de 2015 (BRASIL, 2015), conhecida como “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, a deficiência é entendida como um impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, ao longo do tempo e sob os diferentes tipos de barreiras, afeta a participação efetiva da pessoa com deficiência na sociedade em condições de igualdade com as demais. No Brasil, embora defasados, dados do IBGE (2010) indicam que 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de dificuldade, seja visual, auditiva, motora ou intelectual.

De forma lenta e progressiva, o contingente de pessoas com deficiência no Brasil pouco a pouco vem ocupando espaços sociais que ainda oferecem resistência, seja em função do preconceito, seja pela falta de condições mínimas para possam exercer direitos básicos como o direito à informação, à educação, à geração de renda e à mobilidade.

Em relação ao acesso ao ensino superior, as garantias legais são dadas pela Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), alterada em seu artigo 1º, 3º, 5º e 7º pela Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), que trata da reserva de vagas para PcD, observando a proporcionalidade das pessoas com deficiência em cada estado da federação.

Em que pese os avanços na legislação quanto ao acesso à universidade, estudantes PcD ainda enfrentam dificuldades econômicas, sociais e técnicas para a continuidade nos cursos de graduação. Questões como renda familiar, escolarização precária, limitações no acesso à tecnologia, preconceito institucional e falta de empatia por parte de professores, técnicos e estudantes não deficientes são desafiadoras ao longo da trajetória até a diplomação.

Na medida do possível, dificuldades como as que foram mencionadas acima são amenizadas por programas institucionais desenvolvidos para propiciar condições mínimas de permanência aos estudantes PcD. No âmbito da UFPA, a SAEST tem sido encarregada das políticas de assistência, integração e inclusão de estudantes junto às unidades

administrativas, no que estão incluídos os estudantes PcD. Entre outras coisas, isso tem se dado na forma de auxílios financeiros (diretos) e na prestação de serviços (indiretos).

Ainda que a SAEST tenha papel estratégico na assistência aos estudantes com deficiência, consideramos que iniciativas extensionistas são fundamentais para o encaminhamento de soluções que dizem respeito às experiências sociais, ao aprendizado e às discussões de questões que são do interesse desse segmento estudantil que, na UFPA, conseguiu se organizar em uma associação: a Associação dos Discentes com Deficiência (ADD). Por conseguinte, entendemos que a extensão universitária potencializa as ações institucionais de atenção aos estudantes PcD porque nasce e produz respostas no *locus* do problema.

4 | UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ICOSA

O ICOSA é uma unidade acadêmica da UFPA instituída em 2007 pela Resolução n. 633 do Conselho Universitário (CONSUN). Como Instituto, conta com uma estrutura acadêmico-administrativa composta por órgãos colegiados, direção, sete faculdades e quatro programas de pós-graduação. O quadro humano do ICOSA é formado por 166 professores, 39 técnico-administrativos e aproximadamente 3.800 estudantes matriculados no ensino de graduação.

Em consonância com a política de acesso ao ensino de graduação da UFPA, que desde 2009 adota a reserva de vagas em seu processo seletivo anual, os cursos de Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Economia, Serviço Social e Turismo passaram a receber estudantes com deficiência. Em face dessa realidade, no âmbito do ICOSA foi aprovado o projeto de extensão “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário: compromisso com responsabilidade aos discentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA”. A proposta surgiu para atender as demandas dos discentes do ensino de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência.

Entre os objetivos do projeto, procura-se também oferecer ações de sociabilidade aos estudantes PcD. Isso vem sendo viabilizado pela articulação da coordenação do projeto com outros institutos e coordenadorias na UFPA, e também por meio de parceria com entidades externas. A equipe¹ do projeto compreende que a construção dessas relações para além do ICOSA é necessária à criação de um espaço de reflexão, de discussão e de troca de conhecimentos entre professores, pessoal técnico, estudantes e atores que atuam na luta dos direitos das pessoas com deficiência.

Uma particularidade do projeto “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário...” é que ele nasce em uma subunidade administrativa do ICOSA, precisamente

¹ Além da coordenadora e de um professor do curso de Biblioteconomia, o projeto conta com a participação de uma estudante do curso de Serviço Social, Núbia Silvana Ribeiro Freitas.

a Divisão de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (DDGP) da Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação (CPGA), dirigida por servidora com formação em Serviço Social. Essa sensibilidade profissional para com o que se costuma designar genericamente como “o social” chamou a atenção da servidora para os estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou com deficiência que compõem a comunidade universitária.

Dados do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, o FONAPRACE (2018), revelam que as universidades federais brasileiras contam com a maior presença de estudantes que se identificam como pessoas cisgêneras (81,7%), sendo a maioria do sexo feminino (54,6%). O perfil nacional mostra um número maior de pessoas autodeclaradas como pretas (12%) e pardas (39,2%), que representam a população negra no país. Em geral os estudantes universitários são oriundos de escolas públicas (83,9%), com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos (66,19%) e estão matriculados principalmente em cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas (19,8%) e das Ciências Humanas (15,2%).

No panorama nacional apresentado pelo FONAPRACE, os dados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados na UFPA fornecem um vislumbre sobre a dimensão das desigualdades na Amazônia. Estudantes autodeclarados como pessoas pretas (12,9%) e pardas (61,3%) conformam uma maioria negra (61,3%) da comunidade estudantil. Mesmo na Amazônia, estudantes indígenas representam ainda uma minoritária quanto ao acesso à universidade (0,9%). E mais da metade dos ingressantes provêm de escolas públicas (68,8%). O Sistema de Cotas adotado pela UFPA possibilitou o acesso à universidade para boa parte dos estudantes (59%). A grande maioria vive com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos (85%). Essa realidade dimensionada em números leva a equipe o projeto “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário...” ao entendimento de que não se pode pensar a extensão olhando somente para fora em detrimento aos problemas enfrentados pela comunidade estudantil universitária.

Embora desenvolvido em uma unidade administrativa, o projeto “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário...” está conectado à Faculdade de Serviço Social (FASS), estruturando-se com base no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social. Nesse sentido, é oportunizada a participação de estudantes dessa Faculdade na condição de estagiários como forma de contribuir para o desenvolvimento das habilidades e das competências necessárias ao exercício profissional dos futuros assistentes sociais, de maneira que possam planejar, implementar e avaliar programas e projetos sociais, considerando os poucos recursos institucionais, sobretudo os recursos públicos.

4.1 O trabalho desenvolvido em um ano atípico

Por ocasião da pandemia de Covid-19 que chegou a Belém no início de 2020, impondo a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas na UFPA a partir de março, o projeto precisou redefinir suas ações para atuar num cenário de segurança até

fevereiro de 2022. Desse modo, atividades presenciais como o “I Festival Desportivo de Inclusão Social”, realizado em 2019 no ginásio da Universidade, que contou com o apoio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PROGEP), PROEX, COACCESS/SAEST, Fundação Pestalozzi, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém (APAE) e da Faculdade de Educação Física da UFPA precisaram ser temporariamente suspensas.

Com a retomada das atividades de ensino no segundo semestre de 2020, dentro do que se passou a denominar de Ensino Remoto Emergencial (ERE), o projeto iniciou uma fase nova, então mediada pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Os encontros presenciais foram substituídos pelas trocas de informações em grupo de *WhatsApp*², na promoção das atividades do projeto em perfil no Instagram e nas atividades desenvolvidas por meio da plataforma *Google Meet*.

Na versão do projeto de 2018 os encontros presenciais entre equipe e estudantes aconteciam na forma de roda de conversa. Conforme explicam Sampaio *et al.* (2014, p. 1301), as rodas de conversa:

[...] possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade. Dissolve-se a figura do mestre, como centro do processo, e emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso [...].

No primeiro ano do projeto em que a roda de conversa foi utilizada, vale registrar o encontro promovido para a formação dos professores dos cursos do ICSA quanto à atenção em sala de aula aos alunos com deficiência. Na ocasião, o professor Agnaldo Silva (deficiente visual e monitor em Braille) forneceu orientações sobre como trabalhar com estudantes cegos ou com baixa visão.

Todavia, por ocasião da pandemia de Covid-19 e do ERE, a equipe precisou realizar uma transposição das atividades para a forma de encontros em um ambiente agora tecnológico: as salas virtuais criadas no *Google Meet*. Notadamente essa mudança trouxe implicações metodológicas para o projeto.

Em primeiro lugar, o arranjo circular dos atores nas rodas de conversa se desfez no desenho rizomático das interações via Internet. Assim, a ordem no sentido horário ou anti-horário que orientava a sequência das falas na roda de conversa foi substituída pela iniciativa de quem se manifestava para ter a palavra.

Em segundo lugar, a situação de falar diante de uma câmera de celular, de um tablet ou de um computador nem sempre é algo confortável para as pessoas reunidas em uma sala

² São contabilizados no ICSA 37 estudantes PcD, de acordo com dados da CoAcess de 2022. O projeto organizou um grupo nesse aplicativo que conta com 22 participantes. Eventualmente o grupo é dinamizado pelo ingresso e pela saída de estudantes, quer após o processo seletivo que acontece a cada ano, quer pelos que concluem o curso de graduação.

virtual, pois nem todas se sentem à vontade para “receber”³ em suas casas participantes com os quais não possuem relações de amizade ou de afinidade. Sabe-se, pois, que para alguns usuários dessas plataformas de comunicação instantânea a exposição à câmera pode gerar constrangimentos, sobretudo entre as pessoas mais tímidas. Ainda assim, essa foi a solução encontrada para a manutenção das atividades do projeto ao menos até a retomada dos encontros presenciais na UFPA.

Diante da alternativa de trabalho que se abriu ao projeto na pandemia, os encontros virtuais passaram por planejamento prévio, envolvendo o levantamento de temas junto aos estudantes organizados em grupo no *WhatsApp*. Por meio desse grupo, a equipe também pôde compartilhar informações do interesse dos estudantes, a exemplo dos editais lançados pela UFPA para acesso aos kits de inclusão e sobre os programas oferecidos pela universidade para alunos em situação de vulnerabilidade.

Escolhido o tema entre os participantes, a equipe se reunia para discutir nomes de pessoas ligadas aos setores da UFPA ou às instituições parceiras do projeto a fim de convidá-las para as atividades remotas via *Google Meet*. Uma vez definidos os nomes, o passo seguinte consistia no agendamento da atividade, sendo levada em consideração tanto a disponibilidade dos convidados quanto dos estudantes. Após o fechamento do dia e do horário da atividade, a equipe se dedicava ao trabalho de elaboração do material promocional para divulgação no WhatsApp e no Instagram. O material era divulgado na forma de “card” acompanhado de descrição e na forma de texto legível pelo sistema DOSVOX.

Os temas indicados pelos estudantes em 2021 foram diferentes dos sugeridos em 2020, quando privilegiaram falar sobre trabalhos acadêmicos, técnicas para elaboração de resumos e fichamentos, escrita de artigos e produção do TCC. Em 2021, o interesse recaiu sobre temas ligados à cidadania, a fim de discutir, entre outras coisas, deficiência e mobilidade urbana, o impacto da pandemia de Covid-19 entre estudantes PCD e inclusão pela arte.

Em relação ao uso do *Google Meet* em 2021, cabe destacar uma experiência negativa vivenciada no projeto: a invasão da sala virtual por um grupo de adolescentes que passou a exibir material pornográfico na tela. Na ocasião, equipe e participantes precisaram deixar temporariamente a sala virtual, retornando minutos depois. Ainda assim, muitos participantes abandonaram a atividade. Embora constrangedora, a experiência forneceu o aprendizado à equipe para não divulgar o link de acesso à sala virtual no perfil público no Instagram.

Sobre as atividades realizadas na plataforma *Google Meet*, importa dizer que os encontros ocorreram com o tempo médio de 2 horas de duração, às vezes ultrapando

3 Quando falamos em “receber”, nos referimos ao ato simbólico de, por meio de uma câmera, permitir que pessoas estranhas tenham acesso, ainda que remotamente, ao interior da casa de alguém que se apresenta diante da tela do celular, do tablet ou do computador.

o horário em função da participação ativa de alguns estudantes que faziam perguntas, relatavam experiências, teciam comentários com diferentes pontos de vista e manifestavam reflexões sobre a relação dos temas com a realidade que vivem dentro e fora da UFPA.

Em relação à adesão dos estudantes às atividades remotas, a equipe do projeto observou variação entre o número de participantes. Essa baixa participação resulta dos horários das aulas nos cursos de graduação do ICESA que funcionam entre o período matutino e o noturno. Alguns cursos como Serviço Social ofertam atividades acadêmicas nos três turnos. Essa condição fez com que a equipe sempre realizasse consulta aos estudantes quanto ao melhor horário para os encontros virtuais. Mesmo assim, nem sempre as atividades planejadas no âmbito do projeto conseguiram grande participação. Essa particularidade fez com os encontros fossem realizados com intervalos entre uma atividade e outra, e com alternância entre o período matutino e vespertino.

Considerados os pontos destacados acima, a experiência com os estudantes PcD do ICESA de forma remota nos anos de 2020 e 2021 vem se mostrando satisfatória. Apesar da preocupação inicial da equipe com possíveis dificuldades quanto ao uso da plataforma de comunicação adotada, os estudantes não expressaram qualquer problema relacionado aos recursos do *Google Meet*. Desse modo, a experiência abre possibilidades para que a equipe desenvolva atividades remotas acolhendo estudantes PcD de outros *campi* da UFPA, pois, atualmente, discentes matriculados em cursos de outros institutos na universidade vêm pouco a pouco participando do projeto.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um projeto de extensão que nasceu propondo atividades presenciais envolvendo equipe, estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou PcD e colaboradores(as), a pandemia de Covid-19 impôs a necessidade de repensar as ações para um contexto de segurança, o que foi viabilizado pelos uso de TIC. Embora teóricos da pós-modernidade como Manuel Castells (1999) assinalem a emergência de uma nova modalidade de produzir, de aprender e de estabelecer relações por meio da Internet no século passado, foi somente em 2020 que as universidades brasileiras passaram efetivamente a utilizar tecnologias na condução das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em um contexto sanitário que já causou a morte de mais de 646 mil brasileiros⁴, ferramentas de comunicação como o *WhatsApp* e o *Google Meet* se mostraram fundamentais para a continuidade das ações do projeto “Acessibilidade e Diversidade no Espaço Universitário...”. Ainda assim, a equipe procurou não sobrecarregar os estudantes com a oferta massiva de atividades remotas, o que se tornou comum nas universidades nesse período. E com o avanço da vacinação da população abrindo novas perspectivas a partir de abril de 2022, é certo que ações presenciais e remotas farão parte das atividades

⁴ Fonte: JHU CSSE COVID-19. Data: 21.02.2022.

do projeto voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade e/ou com deficiência no âmbito do ICSA e da UFPA.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2004.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.409. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 29 nov., p. 10369. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. (Era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer sobre as diretrizes para as políticas de extensão da educação superior brasileira aprovado pela Portaria n. 1.350/2018**. Brasília, DF: CNE/CES, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102551-pces608-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 243, seção 1, p. 49, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 14 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983. (O mundo hoje; 24).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília, DF: UnB, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília, DF: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. *In*: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 35-53.

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney Costa; AGOSTINI, Márcia; SALVADOR, Anarita de Souza. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v.18, supl. 2, p. 1299-1312. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ics/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNND/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Os múltiplos conceitos de extensão. *In*: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 73 – 84.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Superintendência de Assistência Estudantil**. Disponível em: <https://saest.ufpa.br/portal/index.php/sobre-a-saest>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Diversidade 2, 3, 9, 17, 24, 44, 46, 47, 64, 65, 69, 70, 73, 76, 78, 82, 83, 87, 90

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 122

Educação das relações étnico-raciais 76, 78, 88, 89

Educação especial 1, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 38, 39, 40, 42, 56, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 120, 121, 122

Educação inclusiva 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 40, 44, 47, 50, 51, 77, 98, 104, 105, 106, 107, 111, 116, 119, 121

Ensino de Ciências 50, 109, 117, 119, 120, 121

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira 88, 89

Escola 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 38, 39, 41, 45, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 62, 66, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 120

Escolas regulares 1, 3, 4, 10, 13, 14, 15, 44

Espaço universitário 64, 65, 69, 70, 73

Estatuto da pessoa com deficiência 24, 68, 74, 119

Estudantes 2, 3, 4, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 23, 39, 46, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 102, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 121

Exclusão escolar 47

F

Formação 7, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 65, 67, 70, 71, 76, 77, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 98, 99, 105, 120

G

Global 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 121

I

Implante coclear 29, 32

Inclusão 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 68, 71, 72, 74, 76, 78, 80, 83, 91, 95, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 116, 119, 120, 121

Inclusão ao mercado de trabalho 95

Inclusión 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas 64, 65, 69

Integração 17, 40, 68, 89, 102, 118, 120, 122

Intérprete de LIBRAS 39, 42

Intervenção educativa 99, 119, 120

L

Lei das cotas 91, 94, 95, 96

Lei do Ventre Livre 79

Lenguaje oral 26, 27, 29, 34, 35

LIBRAS 17, 18, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 118, 122

N

Na perspectiva da educação inclusiva 14, 15, 17, 18, 50, 106, 107

Negro no espaço escolar 78, 80, 82, 83

O

Ouvintes 38, 42, 44, 45

P

Perspectiva da educação inclusiva 14, 15, 17, 18, 50, 106, 107

Pessoa com deficiência 5, 6, 24, 40, 64, 68, 74, 91, 94, 96, 110, 119

Política nacional de educação especial 12, 14, 15, 17, 23, 106

Políticas educacionais inclusivas 1, 10

Políticas públicas educacionais 1, 4, 12

Procesos cognitivos 26

Processo de inclusão 41, 83, 105

Professores 4, 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 43, 47, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 77, 78, 82, 86, 87, 89, 98, 102, 105, 116, 117, 118, 119

Programas de ensino 52

Projeto de extensão 64, 65, 68, 69, 73

Próteses auditivas 29

R

Reabilitados 91, 93, 94, 95

Redemocratização 66, 82, 105

Relações étnico-raciais 76, 77, 78, 83, 84, 86, 88, 89

S

Sala de aula 8, 10, 15, 16, 19, 39, 45, 65, 71, 88, 97, 98, 99, 102, 104, 116, 117, 119

Síndrome de Asperger 97, 98, 99, 100, 103, 106, 108

T

TEA 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 120

Terapia auditiva-oral 34

Terapia auditiva verbal 26

Transtorno do espectro autista 1, 4, 7, 9, 11, 120

U

Unesco 1, 2, 3, 8, 9, 10, 12, 15, 24, 32, 90

Universidade Federal do Pará 64, 65, 75

V

Vulnerabilidade socioeconômica 64, 69

🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO

